
Diálogo e Sociedade Literária: o iluminismo reformista de José da Silva Lisboa e as tentativas de educar pela imprensa ¹

Guilherme Nogueira Bittar CELESTINO²

Doutor pela King's College London

Resumo

Pela análise de duas publicações de José da Silva Lisboa, futuro Visconde de Cairu durante o processo de Independência do Brasil pretende-se reposicionar este autor entre os representantes do abrangente iluminismo católico reformista e discutir os interesses da função pedagógica do trabalho jornalístico do economista, jurista, administrador e historiador, a figura mais relevante da imprensa conservadora durante o processo de independência do Brasil. A análise é dividida em três partes que se inicia por um debate sobre o pertencimento de Silva Lisboa ao iluminismo católico e uma definição do que seria esse iluminismo. A segunda e terceira parte apresentam um estudo de caso das publicações de Silva Lisboa: *Dialogo entre Philosopho e Pastor* e *Sabatina Familiar de Amigos do Bem-Commum* que mostram uma disposição pedagógica e civilizacional que será desenvolvida posteriormente nos seus catecismos cívicos.

Palavras-chave

Iluminismo; Imprensa; Independência; Catolicismo; Conservadorismo

Introdução

O economista, administrador público, jurista, político e historiador José da Silva Lisboa, o futuro Barão e Visconde de Cairu (1756-1835), foi um dos maiores intelectuais brasileiros do fim do período colonial (1500-1808) até o início da regência (1831-1840). Como jornalista, foi fundamental durante o processo de Independência do Brasil (1821-1823), do qual foi ao mesmo tempo artífice e crítico, principalmente durante o Primeiro

¹ Trabalho apresentado no Grupo de Pesquisa – Teoria do Jornalismo do 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, realizado de 4 a 8 de setembro de 2023.

² Pesquisador em Jornalismo Científico EAESP FGV e Doutor pela King's College London, email: guicelest@gmail.com.

Reinado (1822-1831), quando publicou, neste curto período, muitas vezes sob pseudônimo, mais de 40 panfletos e periódicos que pautaram o debate e ajudaram a direcionar a majoritariamente negociada ruptura brasileira e consolidar a dinastia de Bragança no poder executivo.

Apesar de sua obra ser consideradas pela historiografia do século XX como bajuladora e reacionária, pesquisadores como Gabriel Paquette, Tereza Kirschner e Christian Lynch passaram a reinterpretá-la dentro do contexto do iluminismo reformista e católico. É importante debater essa visão, analisando por meio do estudo da filosofia política seus escritos durante o período e reavaliando as muitas interpretações do Iluminismo e do liberalismo nesse período. Parte do seu esquecimento como artífice da Independência se dá pela má reputação que adquiriu entre seus contemporâneos, principalmente os liberais Joaquim Gonçalves Ledo, José Soares Lisboa e Cipriano Barata, que sempre o pintaram em cores reacionárias, um ‘corcunda’, áulico, bajulador da dinastia dos Bragança e favorável à manutenção da união com Portugal. Entre os autores do século XX o maior crítico de Silva Lisboa foi o historiador Nelson Werneck Sodré, que em sua grande obra *História da Imprensa no Brasil*, usa palavras duras para definir Silva Lisboa: “Silva Lisboa e suas publicações, de distante parentesco com a imprensa, mostra o grau de decadência a que ela chegara em 1825: era o mais fundo o abatimento a que o absolutismo conduzira o país” (SODRÉ, 2019, p.97).

Logo nos cinco primeiros panfletos e jornais de Silva Lisboa, publicadas de 1821 a janeiro de 1822, já é possível detectar nuances a essa afirmação. Dessas, quatro publicações (*Conciliador do Reino Unido; Dialogo entre Philosopho e Pastor; Notas ao Despacho Circular do Congresso de Laibach e Despertador Brasiliense*) focam na atualidade, mesmo quando adotam um estilo lírico como no *Dialogo*, que fica no meio do caminho entre o factual e o pedagógico. A quinta publicação, *Sabatina Familiar de Amigos do Bem-Commum*, tem interesse principalmente pedagógico e não se relaciona diretamente com nenhum tema da atualidade. Algumas das ideias nela apresentadas são importantes para a compreensão da concepção de Silva Lisboa sobre política e sociedade e seu último número, e a decisão de encerrar esta publicação, é influenciada pelos acontecimentos recentes no império Luso-Brasileiro, como o “Fico” de D. Pedro I, que se sobrepõem ao estilo de publicação que o autor via como ideal e seria desenvolvido posteriormente nos seus catecismos cívicos. Segundo José Gondra, tendo sido desde 1821

Inspetor dos Estabelecimentos Literários e Científicos do Reino, “com a finalidade de promover a instrução pública no Brasil, acreditando ser esta a melhor forma de se obterem os apreciáveis bens da felicidade, poder e reputação do Estado” era do interesse de Silva Lisboa discutir o papel da Educação na formação de uma sociedade com um projeto civilizacional (GONDRA, 2021).

Iluminismo Católico

Em todas suas publicações, Silva Lisboa apresenta uma visão de sociedade que coaduna com a tradição do reformista do iluminismo, resultado de sua formação na Coimbra reformada pelo Marquês de Pombal, e parte de um movimento informal que posteriormente viria a ser conhecido como Iluminismo Católico. Isso se vê por exemplo, no seu posicionamento em diversas ocasiões contra a continuidade da escravidão, apoiando uma abolição gradual que direito de cidadania aos libertos e que a imigração de europeus substituísse essa força de trabalho; a integração da economia brasileira no mercado mundial a partir dos tratados de 1808 e 1810 com a Inglaterra, primeiro por meio da agricultura, mas evoluindo para uma economia industrial por meio do apoio a empresas individuais; a adoção de uma monarquia constitucional com separação de poderes e procedimentos legais devidos, e a formação da opinião pública pelas elites intelectuais por meio de sociedades literárias e uma imprensa responsável e moderado.

Embora possa ser visto como um oxímoro, o Iluminismo católico é, de fato, de acordo com Ulrich L. Lehner, “um conceito heurístico que descreve o fenômeno diverso que predominou sobre os intelectuais católicos no século XVIII e início do século XIX” combinando “diferentes linhas de pensamento e uma variedade de projetos que tentaram renovar e reformar o catolicismo no século XVIII” (LEHNER, 2010). O conceito foi criado pelo padre alemão Sebastian Merkle em 1908 e foi somente a partir da década de 1970 que se generalizou, mas a maior parte da literatura existente prefere se concentrar nos estados católicos alemães e no Sacro Império Romano do final do século XVIII.

O termo não é usado sem alguma controvérsia. Até recentemente, de acordo com Ritchie Robertson, “muitos historiadores negavam que tal fenômeno existisse” ou, seguindo a ideia de Peter Gay de “ascensão do paganismo moderno” (GAY apud ROBERTSON, 2016), eles não conseguiam enxergar um pacto entre o movimento

intelectual e a Igreja; para esses autores o Iluminismo principalmente o francês tem no materialismo e no ateísmo seus princípios centrais. Tereza Kirschner lembra que, assim como aconteceu com Gay ou Ernest Cassirer, havia uma tendência de construir uma representação homogeneizante do Iluminismo que partia de uma dicotomia entre eles e os defensores do Cristianismo, que passaram a representar o anti-iluminismo, e o resultado foi a simplificação de uma complexa cadeia de ideias. Essas interpretações foram rebatidas ao longo do século XX por autores como Albert Monod, Robert Palmer, Franco Venturi, Roland Mortier, Robert Chartier e Robert Darnton, que contestaram as representações do século XVIII como algo monolítico e anticristão (KIRSCHNER, 2009, p.291).

Outros autores incluem o catolicismo reformista em um movimento reformista mais amplo como uma entre muitas formas de iluminismo religioso, incluindo o protestantismo. Para David Sorkin embora o Iluminismo seja sempre visto como o “estágio no desenvolvimento de uma cultura secular ou moderna inerentemente inimiga ou pelo menos distinta da religião”, na verdade havia uma “forma complementar’ do Iluminismo que tinha um aspecto religioso em que representantes de diferentes religiões estabelecidas, incluindo crentes leigos e clérigos, viram nesta ‘nova ciência e filosofia do Iluminismo’ uma ferramenta para ‘renovar e rearticular sua fé, bem como servir à causa de uma moralidade comum e tranquilidade doméstica’”. No caso específico do Iluminismo católico, Sorkin argumenta que pode ser interpretado como um compromisso entre “piedade barroca e jesuitismo de um lado e um movimento reformista altamente carregado de jansenismo do outro” (SORKIN, 1999).

No Brasil do início do século XIX, isso se deu por aquilo que Christian Lynch chama de “‘revolução monárquica’ luso-brasileira” que foi “patrocinada pelo reformismo joanino teve a singularidade de se processar em um ambiente não de fechamento, mas de abertura à cultura cosmopolita da época” (LYNCH, 2020) Assim, o objetivo do reformismo ilustrado de Silva Lisboa viria a ser “conciliar o regime absoluto português com a economia política britânica, residia no caráter ‘paternal’ do regime monárquico, ainda que em chave bem diferente daquela de Jaime I ou Filmer” em uma espécie de “um ‘paternalismo’ ou ‘patriarcalismo’ sorridente e benigno, tolerante, que preferia sempre perdoar a lançar mão de castigos severos” (LYNCH, 2020).

Dialogo entre Philosopho e Pastor

Em seu primeiro panfleto, *Dialogo entre Philosopho e Pastor*, anônimo, escrito em 5 de Maio de 1821 em versos alexandrinos de sete páginas, Silva Lisboa expressava sua solidariedade pela assinatura do primeiro rascunho da constituição do Império por D. Brasil – e para criticar a anarquia da Revolução Liberal do Porto de 1820. Trata-se de um panfleto anônimo atribuído a ele também por Hélio Viana e editado no formato *quarto*, que destoa do formato *in-fólio*, o mais comum para panfletos (CELESTINO, 2022b). No entanto, isso não é uma regra para Silva Lisboa pois até 1828 em *Causa da religião e disciplina eclesiástica do celibato clerical defendida da inconstitucional tentativa do padre Diogo Antonio Feijó* ele continuaria a usar este formato em seus panfletos.

Já o uso da tradição dialogal que Silva Lisboa emula neste folheto vem do Renascimento, num momento em que se tentava impor as línguas vernáculas sobre o latim e estas eram utilizadas pelos humanistas para discutir temas contemporâneos como a ética, a filosofia, a autonomia, a política, a religião, retórica, botânica, música, amor, vida cotidiana, moral e até doutrina conjugal, às vezes usando a sátira, antes do advento dos jornais, o que Sandra Hue considera ser um “Gênero eleito pelos humanistas para discutirem suas ideias, (...), permitindo que o autor contrapusesse ideias opostas e encenasse um processo de persuasão” (HUE, 2007, p.17-18).

Segundo Lucia Neves, esse gênero de panfleto era um instrumento essencial na propagação da cultura política por meio da explicação de certos aspectos do vocabulário político, como os contemporâneos *Dialogo entre o corcunda abatido e o constitucional exaltado* ou *Alfaiate constitucional, conversa entre um alfaiate e seus fregueses*, assumiram o formato de um diálogo seguindo o modelo da revista britânica *Spectator* (NEVES, 1995)

Silva Lisboa segue o mesmo caminho para discutir as novidades políticas relativas à assinatura das Bases da Constituição por Dom João. Ele apresenta duas vozes diferentes e sugere uma falsa dicotomia entre elas, sendo o conhecimento acadêmico do filósofo cosmopolita advindo de seus estudos na Inglaterra e na Alemanha, tendo lido Platão, Cícero e Homero, e a sabedoria prática do pastor brasileiro decorrente de sua observação e contato com a natureza (CELESTINO, 2022a). Nesta publicação, os personagens

debatem entre eles a possibilidade de o Império Luso-Brasileiro entrar em “anarquia” por conta das Cortes Constitucionais de Lisboa, mas logo o autor, por meio de seus personagens, tranquiliza os leitores, e a si mesmo, e celebra o futuro da Constituição. O objetivo do panfleto afinal é “educar” o leitor para os perigosos dos excessos revolucionário e ao mesmo tempo apresentar uma visão positiva do aspecto reformista desta Constituição desde que essa continue no seu caminho “liberal” de abolir impostos e realizar reformas seguindo o modelo econômico britânico (CELESTINO, 2022b, p.60-61):

É de se esperar o melhor resultado dessa providência, realizando-se no Brasil o Plano que no princípio desse século se ofereceu no Parlamento Britânico, mostrando-se o quanto a possível barateza, e facilidade do transporte do sal, influi na Riqueza Nacional, por ser um ingrediente necessário aos maiores ramos d’arte e manufaturas (DIALOGO ENTRE PHILOSOPHO E PASTOR, 1821, p.6-7).

Isso demonstra, como aponta Christian Lynch, que o futuro Visconde de Cairu “acreditava piamente que a cultura britânica permitiria aos luso-brasileiros absorverem mais rapidamente, por contágio, o que havia de mais avançado em matéria de civilização” (LYNCH, 2020). Mas havia um problema, como aponta o autor, pois, após os ares cosmopolitas trazidos pela Abertura dos Portos, “havia cada vez menos gente que se contentava com a leitura seletiva do Iluminismo britânico que justificava a monarquia ilustrada e paternal de dom João VI” (LYNCH, 2020).

Sabatina Familiar de Amigos do Bem-Commum

Já na série de cinco números (mais um prospecto desaparecido) de *Sabatina Familiar de Amigos do Bem-Commum* – também anônima, também em quarto – Silva Lisboa adotou um estilo ensaístico com o intuito exclusivamente pedagógico e sem relação direta com temas da atualidade, no que seria um típico exemplo do estilo que gostaria de publicar em seu projeto educacional. Em suas próprias palavras: “O objeto principal deste periódico é o de formar cidadão úteis à Igreja, à pátria e à humanidade, sempre prontos a sacrificar, sendo necessário, o próprio interesse ao bem público” (SILVA LISBOA apud RIZZINI, 1946, p.366). Trata-se de um programa educacional

difundido pela opinião pública, que vê a instrução não como um debate que abrangeria toda a sociedade, mas como a transmissão de conhecimentos da elite para o povo:

Silva Lisboa se apresenta então como um ilustrado reformista cujo estilo está mais próximo de um catecismo secular em que discute se os conhecimentos básicos necessários para a criação de uma sociedade literária a serviço dos interesses da pátria, naquilo que Dalvit Greiner de Paula chama de “um convite ao altruísmo liberal de um homem de luzes aos homens de boa vontade da sociedade” (PAULA, 2016, p.134-135). Era pelo uso da imprensa que o futuro Visconde de Cairu acreditava que poderia educar a nascente sociedade brasileira para uma vida política que ele enxergava como fundamental para o desenvolvimento econômico e cultural, mas desde que não desaguasse em radicalismos. Usando frases como “a liberdade consiste na faculdade que compete a cada um de fazer tudo o que a lei não proíbe” ou “a livre comunicação de pensamentos é um dos mais preciosos direitos do homem” (SABATINA FAMILIAR DE AMIGOS DO BEM-COMMUM, 1821, p.26), mais uma vez se aponta como norte uma abertura iluminista que privilegia o reformismo inglês. Por meio de personagens, que ele chama de “confraria”, é uma confraternização de pseudônimos cujos nomes são inspirados em autores clássicos e que funcionam como uma metonímia dos diversos saberes. Nela, Atanásio, o líder, explorará os elementos da ordem social; a ele se junta Teófilo (Moral e Religião); Eleutério (Ciências do Espírito); Crisóstomo (Filologia); e Policarpo (leitor e secretário da sociedade e também apresentador dos resumos de notícias de jornais nacionais e estrangeiros) (CELESTINO, 2022b, p.84-85). O objetivo era mimetizar as sociedades literárias europeias e inseri-las num contexto institucional luso-brasileiro:

As universidades, academias, e outras instituições de imediata criação dos governos, sendo bem constituídas na verdade são os Paládios de Soberania das nações; umas por ensinarem, e outras por inquirirem e estenderem em vasta esfera, os conhecimentos úteis, publicando, por via do prelo, as suas obras, e memórias, ou as que chamam transações, e atas. Então, as sociedades literárias particulares bem se abrigam à sombra dessas grandes corporações, as quais se assemelham às estrelas da primeira grandeza, que, brilhando em viva luz própria nas constelações do empíreo, iluminam os astros inferiores, sem eclipsar seu esplendor reflexo (SABATINA FAMILIAR DE AMIGOS DO BEM-COMMUM, 1821, p.38)

Silva Lisboa considera as sociedades literárias uma ferramenta fundamental para o progresso da nação. Ele ilustra seus pensamentos nessa publicação com exemplos de diferentes nações e regiões, no caso da Itália e da Alemanha, da Europa e dos Estados Unidos e mostra certa desconfiança em relação às universidades, sobretudo de como funcionavam antes, em uma referência à Coimbra pré-pombalina. Ainda destaca o fato de que estas sociedades literárias seriam abertas a todos e não selecionaria seus membros, o que as diferenciava da Maçonaria e de outras ordens secretas que ele desdenhosamente chama de “cabala”. É novamente uma abordagem conservadora do “progresso” que reúne suas duas maiores influências, o iluminismo católico e o liberalismo britânico, e que prevê a necessidade de um esforço pedagógico civilizacional fora das universidades.

Ainda em relação às universidades, Silva Lisboa de acordo com Greiner de Paula e Vera Lúcia Nogueira, argumentava já em setembro de 1823, na Assembleia brasileira, que essas deveriam ser abertas apenas no Rio de Janeiro concentrando “esforços uma vez que a Corte já tinha escolas suficientes e para lá se dirigia a elite brasileira” e que mais universidades “espalhadas pelo país”, com uma menor qualidade pela escassez de recursos, formaria um excesso de doutores maior do que os cargos de Estado disponíveis (PAULA; NOGUEIRA, 2017).

Conclusão

Silva Lisboa nessas duas publicações já dá amostras daquilo que exacerbará a partir depois de 1826 em livros como *Constituição moral e deveres do cidadão, com exposição da moral publica conforme o espírito da constituição do Imperio* (1824) ou nos volumes de *Escola brasileira ou instrução util a todas as classes extrahida da Sagrada Escripura para uso da mocidade* (1827):

Trata-se da questão da formação moral, orientada por um duplo balizamento; o ordenamento jurídico-político e postulados da doutrina católica. Manifestação que, por sua vez, se processa em microclimas bem específicos. No caso dos dois livros iniciais, trata-se de uma publicação que se dá no interregno entre a constituição outorgada e o início do trabalho do primeiro parlamento brasileiro, em 1826. Já os livros de 1827 são contemporâneos aos debates travados a respeito da primeira lei geral do ensino na câmara dos deputados e no senado, do qual

Cairu passa a fazer parte, a partir de 1826. Portanto, por meio deste material se faz presente a dimensão de homem público, ou de homem de letras, conforme defende Kirschner (2009), comprometido na defesa de um projeto comum para o Império brasileiro (GONDRA, 2021)

Ou, como diria Paquette, essa insistência em educar a os brasileiros, onde a educação era “traíçoeiramente inadequada” seria a única forma de reforçar as “estruturas políticas nascentes e frágeis (...) expostas à manipulação de conspiradores e cabalas”. A única forma de combater esses perigos eram o “progresso do conhecimento e expansão do acesso à educação” que traria não apenas “riqueza material, mas também tranquilidade pública, mesmo apatia política, a um Brasil independente” (PAQUETTE, 2009). Assim, mais uma vez Silva Lisboa demonstra suas contradições na dificuldade de coadunar a necessidade de civilizar a população para o progresso material, do qual ele deseja ser um pioneiro, enquanto coloca o freio moral no que poderia se converter em excessos que levariam a arrebatamentos ideológicos e revolucionários.

Referências

CELESTINO, G. From Conciliation to Threat: Silva Lisboa, Viscount of Cairu, and the Luso-Brazilian Empire in 1821. **Bulletin of Latin American Research**, v. 41, n. 2, p. 227-240. Abril 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/blar.13262>

CELESTINO, G. **The Influence of José da Silva Lisboa’s Journalism on the Independence of Brazil (1821-1822)**. Londres: Anthem, 2022.

DIÁLOGO Entre Philosopho e Pastor. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1821.

GONDRA, J. Em nome da “recta conduta”, ajuda recíproca, honesta indústria e convívio pacífico: reflexões sobre instrução e educação moral (1824-1827). **Revista História da Educação**, v. 25, p. 1-32, 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2236-3459/106107>

HUE, S. M. **Diálogos Em Defesa e Louvor Da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2007.

KIRSCHNER, T. C. José Da Silva Lisboa, Visconde de Cairu: Itinerários de Um Ilustrado Luso-Brasileiro. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2009.

LYNCH, C. E. C. Absolutismo Político e Liberalismo Econômico: O Reformismo Ilustrado De José Da Silva Lisboa (1800-1821). **Revista Do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, v. 181, n. 483, p. 47–74, 2020. Disponível em:
<https://www.ihgb.org.br/revista-eletronica/artigos-483/item/108686-absolutismo-politico-e-liberalismo-economico-o-reformismo-ilustrado-de-jose-da-silva-lisboa.html>

LEHNER, U. L. Introduction: The Many Faces Of The Catholic Enlightenment. In: LEHNER, U. L.; PRINTY, M. **A Companion to the Catholic Enlightenment in Europe** Leiden: Brill, 2010. Introdução, p. 1–61.

NEVES, L. M. B. P. Leitura e leitores no Brasil, 1820-1822: o esboço frustrado de uma esfera pública de poder. **Acervo**, [S. l.], v. 8, n. 1-2, p. 123–138, 2012. Disponível em:
<https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/243>

PAULA, D. G. **Escola Brasileira: O Projeto de Educação Moral Para a Mocidade Brasileira Em José Da Silva Lisboa, Visconde de Cairu (1756-1835)**. 2016. 278 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016

PAULA, D. G.; NOGUEIRA, V. José da Silva Lisboa, José Bonifácio e Martim Francisco: discussões sobre educação no Império do Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v.22, n. 71, p. 1-15, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782017227150>

PAQUETTE, G. José Da Silva Lisboa and the Vicissitudes of Enlightened Reform in Brazil, 1789-1824. In. PAQUETTE, G. **Enlightened Reform in Southern Europe and Its Atlantic Colonies, c. 1750-1830**. Ashgate: Farnham, 2009. P. 361–88

RIZZINI, C. **O Livro, o Jornal e a Tipografia No Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria Kosmos, 1946.

ROBERTSON, R. The Catholic Enlightenment: Some Reflections on Recent Research.

German History, v. 34, n. 4, p. 630–45. Dec. 2016. Disponível em:

<https://doi.org/10.1093/gerhis/ghw120>

SABATINA Familiar de Amigos do Bem-Commum. Rio de Janeiro: Imprensa

Nacional, 1821. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=700207&pesq>

SODRÉ, N. W. **História Da Imprensa No Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999

SORKIN, D. Reform Catholicism and Religious Enlightenment. **Austrian History**

Yearbook, v. 30, p. 187–219. Jan. 1999. Disponível em:

<https://doi.org/10.1017/S0067237800016003>